

Exmo Senhores

Presidente da República

Primeiro Ministro

Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Comissão da Agricultura da Assembleia da República

Director da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte

Com conhecimento:

Senhor Governado Civil de Vila Real

Órgãos de Comunicação Social

MOÇÃO

A baixa do preço do leite na produção (sem qualquer benefício para o consumidor), o aumento assustador dos factores de produção e as enormes dificuldades na venda dos animais a preços justos, ***originaram uma grave crise no sector cujas consequências estão a ser dramáticas, para muitas famílias transmontanas e um enorme revés para a Produção Leiteira Nacional.***

O aumento das quotas de produção nos Países da União Europeia ***“com a concordância do Governo Português”***, agravou o fosso discriminatório entre a produção do nosso País e a de todos os outros, facilitando a entrada em Portugal de leite de outros Países, a preço mais baixo devido às melhores condições de produção que auferem e com apoios superiores aos que os nossos produtores têm, levou o sector para uma situação de dificuldade de escoamento da produção, ***originando assim a concorrência desleal existente no mercado Nacional.***

Este aumento desproporcionado de quotas, consequência da última reforma da PAC, aprovada a 20 de Novembro de 2008, indicador de ser o primeiro passo para a eliminação do sistema de quotas ***(segundo a vontade expressa da Senhora Comissária Europeia da Agricultura)***, é a principal causa da baixa do preço à produção e factor da crise que o sector atravessa. Por isso, é urgente travar as intenções da Senhora Comissária, porque se esta conseguisse atingir o seu objectivo, pouco ou nada sobreviveria na produção Nacional.

Às políticas agrícolas nacionais (erradas) dos sucessivos Governos para o sector, que nada fizeram nem têm feito para defender a produção Nacional, junta-se a última má opção do Governo, ao não considerar como fileira estratégica no PRODER todo o sector da pecuária, diminuindo desta forma, possíveis ajudas que viriam contribuir para minimizar as dificuldades existentes.

Políticas que têm levado, a que desde a entrada de Portugal na U.E. desaparecessem centenas de milhares de explorações agrícolas familiares, particularmente, de leite e carne da Região.

Hoje, estamos confrontados, com situações de deveras preocupantes. São as Associações de Raças Autóctones a atravessar momentos de reais dificuldades, e por consequência estas a reflectirem-se na difícil situação dos produtores, atrasos nos pagamentos dos animais, dificuldade no seu escoamento, etc. etc.

A acrescer a tudo isto, fruto da desresponsabilização do Estado, cada vez mais é o produtor que paga os encargos com a sanidade animal, e se vê a braços com carradas de burocracia, que permitem tudo menos fazer aquilo que é a sua função produzir.

Os principais Dirigentes do Movimento Cooperativo não podem lavar as mãos como Pilatos, porque como se sabe, não estão isentos de responsabilidades perante a crise no sector. Com efeito, a sua opção de conluio com as políticas do Governo, também tem vindo a assumir um papel de distanciamento, transformando-se passo a passo em empresas, ***cujo único objectivo é o lucro, afastando-se assim do seu papel histórico e renegando também as suas origens.***

Assim, os Agricultores reunidos em Vigília em Vila Real, no dia 15 de Maio de 2009 decidem reclamar junto do Governo, com carácter de urgência, as seguintes medidas:

1. Compensações financeiras directas ao Produtor de modo a garantir o preço do leite de € 0,40 por kg à produção;
2. Intervenção do Estado no controle dos preços dos factores de produção e diminuição da taxa do IVA na sua aquisição;

3. Integração do Sector nas políticas prioritárias do Ministério da Agricultura;
4. Aumento do controle das importações e implementação de medidas que garantam a defesa da Produção Nacional;
5. Regulamentar a obrigatoriedade das embalagens das “Marcas Brancas”, no sentido de indicarem o País e Região de origem;
6. Suspensão temporária das prestações contributivas para a Segurança Social sem a perda de direitos;
7. Aumento do benefício fiscal (subsídio) ao gasóleo verde e a reposição dos apoios à electricidade verde, nomeadamente através da isenção de pagamento das taxas da potência contratada e bi-horário (cujos tarifários não são adequados às necessidades dos agricultores);
8. Diminuição da taxa do IVA na aquisição de máquinas agrícolas;
9. Intervenção dos Estado no controle dos preços do leite e da carne praticados na produção e no consumidor;
10. Que o Governo Português não abdique do sistema de quotas de Produção Nacionais;
11. Apoios à retirada dos vitelos e dos animais fora de produção;
12. Introdução de “Genéricos” na medicação para os animais.
13. Pagamento imediato das Ajudas (Subsídios) da campanha passada e pagamento antecipado da campanha actual a todos os agricultores;
14. Um seguro Agro-Pecuário favorável às Explorações Familiares;
15. Reavaliação do Licenciamento das Explorações Pecuárias e atribuição de apoios, através do Programa PRODER para as adaptações necessárias;
16. Uma sanidade Animal eficaz e sem encargos.

Vila Real, 15 de Maio de 2009

A Comissão Promotora

FAGRORURAL – Federação das Associações Agro-Florestais Transmontanas

APL – Associação de Produtores de Leite

Cooperativa Agrícola Norteleite, CRL

APLAAT – Associação de Produtores de Leite e Agricultores do Alto Têmega

Com o apoio da CNA